



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izês Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISÓ – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuo Hammarström**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autores(es/as): **GIOVANNI RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação do teor de ferro nas folhas de cinco espécies florestais, como indicador da qualidade do ar (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDÓ, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)

5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)
ABORDAGEM ETNOPEIDOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): Juliano Strachulski)
Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza (autor(es/as): Milson Betancourt)
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)

5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (autor(es/as): **Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (autor(es/as): **Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (autor(es/as): **Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (autor(es/as): **Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (autor(es/as): **Sigrid de Mendonça Andersen**)

TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (autor(es/as): **Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (autor(es/as): **Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Aráoz: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (autor(es/as): **Alan Ripoll Alves**)

DAMATAS NATURAIS AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (autor(es/as): **BRENA DE CASTRO COSTA**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGROECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (autor(es/as): **Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (autor(es/as): **ELISANGELA FERREIRA MENEZES**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (autor(es/as): **RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA**)



TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ

Andréia Oliveira Sancho Cambuy

RESUMO

A comunidade João Surá está localizada há mais de 200 anos na região paranaense do Vale do Rio Ribeira de Iguape, no município de Adrianópolis, e foi recentemente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombo. A forma de organização do território e as relações produtivas que garantem a subsistência do grupo hoje refletem, por um lado, a relação desses com as tradições e, por outro, as profundas mudanças socioambientais decorrentes do processo de expropriação territorial, situação pertinente a inúmeros povos e comunidades tradicionais. Com a perda de grande parte do território histórico e o acelerado processo de degradação ambiental, houve em João Surá significativas alterações nos modos de vida locais, especificamente na garantia da alimentação, escolhida como eixo central neste estudo para se discutir o processo de mudanças e permanências no sistema produtivo do grupo. As narrativas dos moradores foram transcritas e analisadas, bem como os conhecimentos nativos foram sistematizados, revelando aspectos históricos, sociais, culturais e ambientais entorno da garantia da alimentação, demonstrando as particularidades de um grupo tradicional que mantém forte relação com as tradições ancestrais.

DADOS DO AUTOR

Andréia Oliveira Sancho Cambuy possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal do Paraná- UFPR (2007). É mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFPR (2011). Atuação profissional:

2007 – 2008. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição escolar do Paraná – CECANE PR. Nutricionista, Agente do PNAE na Educação Permanente de agricultores.

2007. Relatório Antropológico Comunidade Quilombola João Surá, Adrianópolis/PR. Colaboração na elaboração de textos.

2007. Projeto de extensão universitária. Produção de vídeo: João Surá 200 anos.

2007. Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP. Docente no Consórcio Social da Juventude Rural Rita Quadros.

2009. ONG Rede Mulheres Negras PR. Nutricionista educadora social no Projeto Quilombolas Saudáveis. Produção de cartilha e vídeo.



2010. Ministério Público – PR. Visitas Técnicas e relatório sobre as condições de vida de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

2011. Defesa da dissertação *Comidoria* em João Surá: o sistema alimentar como um fato social total. Apresentação de artigo na IX Reunião de Antropologia do Mercosul.

2011. Programa de Proteção das Terras Indígenas Karitiana e Karipuna na área de Influência da UHE Santo Antônio. Nutricionista e antropóloga do eixo saúde e acesso a direitos sociais; Elaboração do Plano Básico Ambiental – PBA indígena.

2012 (atual). Coordenadora de estágios e docente de Nutrição no Instituto de Cultura Espírita do Paraná, Faculdades Integradas Espírita.

Áreas de interesse: segurança alimentar de comunidades tradicionais; território, trabalho e sustentabilidade no meio rural; antropologia da alimentação; cultura popular.

andreia_cambuy@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

João Surá está localizada há mais de 200 anos na região paranaense do Vale do Rio Ribeira de Iguape, no município de Adrianópolis, e foi recentemente reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente de quilombo. O processo de expropriação desses remanescentes de quilombos de suas terras envolveram conflitos fundiários que transformaram o território histórico, bem como a reprodução das tradições, culminando em mudanças nas relações sociais e produtivas.

Ao se identificar o atual sistema alimentar, eixo central utilizado na coleta de informações neste estudo, percebe-se que cada vez mais os moradores dependem das compras em mercados para suprir a dieta do grupo. Um conjunto de alimentos industrializados foi incorporado nos últimos anos por inúmeras razões, como o fato de haver maior acesso a mercados, maior renda circulante e o fato de muitos desses produtos terem o preparo mais facilitado que os alimentos locais. O cerne das mudanças, no entanto, se mostrou ser bem mais complexo, pois vai desde a falta de terra e mão de obra para o plantio, até a degradação ambiental e a presença de pragas agrícolas que impedem a produção de alimentos desejáveis.

As inúmeras conversas e participações na vida social permitiram apreender que além de fatores de ordem ecológica, histórica e econômica, o funcionamento do sistema alimentar em João Surá é influenciado por questões culturais, em que representações e imaginários direcionam escolhas e classificações. Portanto, apesar das profundas mudanças nos padrões de vida dos moradores de João Surá, inúmeras práticas do sistema alimentar revelam a continuidade de tradições locais, peculiares aos meio rural



brasileiro e com as especificidades da ancestralidade quilombola. Deste modo, moradores valorizam os produtos locais na base da alimentação e mantêm práticas que refletem padrões de produção e consumo historicamente constituídos.

Este estudo¹ busca descrever, a partir de pesquisas realizadas na comunidade João Surá: a) os aspectos históricos referentes à ocupação territorial e ao sistema produtivo do grupo; b) as formas de organização do território e as relações produtivas para garantia da alimentação; e c) as percepções do grupo sobre as mudanças ambientais, sociais e culturais refletidas no atual sistema alimentar.

2 METODOLOGIA

O relacionamento com os moradores de João Surá remonta ao período de cinco anos de participação em inúmeras atividades em que estavam envolvidos, tanto no território da comunidade quanto em outras comunidades e cidades. Estive presente em diferentes condições, como universitária em projetos de extensão, nutricionista educadora e pesquisadora em antropologia social.

A diversidade de profissionais e instituições que me acompanharam ao longo das idas serviu para olhar esse universo de pesquisa sob diferentes perspectivas. Isso permitiu perceber que desde a produção até o consumo dos alimentos havia peculiaridades carregadas de significados.

O eixo metodológico utilizado para a coleta de informações foi a etnografia das preparações alimentares, por possibilitar que ao se percorrer o espaço da cozinha fosse possível se adentrar também nas especificidades do sistema de produção. Houve longas conversas ao redor do fogão à lenha, participação no beneficiamento de produtos, caminhadas nas matas e idas ao roçado para coleta de produtos agrícolas e participação em atividades de mutirão. Foram momentos de intensa troca de saberes, em que o contexto da alimentação se mostrou favorável para aproximação enquanto pesquisadora.

A máquina fotográfica possibilitou o registro de imagens, o gravador digital, o registro de áudio e o caderno de campo, o registro das informações e percepções durante as entrevistas. A metodologia da pesquisa participante permitiu o levantamento de informações e produção de texto etnográfico que discorre acerca das relações sociais entorno da produção de alimentos, sendo que a citação de narrativas revela as

¹ O texto apresentado é parte integrante da dissertação de mestrado intitulada “*Comidoria em João Surá: o sistema alimentar como um fato social total*”, defendida em 17 de julho de 2011 no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Paraná.



percepções do grupo sobre sua própria realidade e o posicionamento diante das mudanças e permanências no sistema alimentar.

3 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E EXPROPRIAÇÃO TERRITORIAL

De acordo com o Laudo Antropológico de João Surá² o histórico de ocupação das terras no Vale do Ribeira foi impulsionado pela atividade de mineração em busca de ouro e prata, a marca da colonização brasileira pelos portugueses no século XVI. Estes colonizadores fundaram garimpos partindo das povoações litorâneas de Cananéia e Iguape, em São Paulo, que mais tarde se transformaram em povoados habitados por negros utilizados como mão de obra escrava para tais atividades exploratórias (FERNANDES, 2007, p. 22).

As análises históricas de Fernandes (2007, p.23) mostraram que a partir da segunda metade do século XVIII estas atividades mineradoras no Alto Vale do rio Ribeira perderam impulso, e a partir deste período o cultivo de arroz e de cana-de-açúcar passou a dominar a economia regional. A diversificação da economia foi acompanhada por um crescimento na população negra (cativa, fugida e liberta), de modo que as *famílias* escravas, impulsionadas pelo fortalecimento das vias de comunicação que integravam o Caminho das Tropas e os cursos dos rios Ribeira e Pardo, passaram a fazer parte da economia do Alto Vale do rio Ribeira.

Os documentos do século XIX analisados registraram a preocupação das autoridades com o refúgio de escravos na região do Rio Pardo, que possuía difíceis condições de acesso e proporcionava a permanência de escravos aquilombados. A região do Alto e Médio Ribeira e seus afluentes se tornaram centros de socialização e reprodução de populações negras e escravas que vinham das fazendas e minerações de Apiaí, Eldorado e principalmente Iporanga, localizadas em São Paulo. Nas proximidades de João Surá se constituíram inúmeras comunidades agrícolas, como Cangume, Praia Grande, Bombas, Porto Velho e São João, já reconhecidas como remanescentes de quilombos (FERNANDES, p.25-p. 30 e p. 46).

A permanência dessas comunidades quilombolas no território, no plano jurídico, foi dificultada pela Lei de Terras, de 1850, que proibia a aquisição das terras a não ser pela via de compra, e desta forma posseiros, grileiros e supostos donos de terras buscaram obter e regularizar os títulos sem se preocuparem com os moradores locais. Com a

² A produção do Laudo Antropológico de João Surá ocorreu em 2007, através da parceria do PPGAS e INCRA, sob coordenação do Dr. Ricardo Cid Fernandes, orientador desta dissertação.



abolição da escravidão, em 13 de maio de 1888, oficializada pela Lei Áurea nº 3.353, muitos negros foram expropriados de seus territórios em um período de inúmeras crises para os que ficaram sem trabalho e sem perspectiva de território legalmente instituído.

O processo de expropriação dos remanescentes de quilombos de suas terras ocorreu de forma diferente em cada localidade, e no Vale do Ribeira foi a partir de 1950 que as mudanças se tornaram mais significativas. Estes processos envolveram, tanto na porção paranaense quanto paulista do Vale do Ribeira, conflitos em torno da criação de parques de preservação ambiental; projetos de ordenamento fundiário nos moldes da reforma agrária; projetos de construção de hidrelétricas; denúncias de grilagem de terras e atos de jagunçagem que transformaram os territórios utilizados e a reprodução das tradições historicamente constituídas, culminando em mudanças nas relações sociais e produtivas, como veremos no caso específico de João Surá.

O perímetro demarcado pelo Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná ITCG em 2006 estimou a área originalmente ocupada pela comunidade, sendo que a diminuição do território histórico ocorreu devido às grandes mudanças, datadas justamente no ano de 1960, quando se iniciou o processo de demarcação da “glebras” e a posterior abertura de um mercado de terras através de incentivos fiscais para a introdução de espécies exóticas de *pinnus* e eucalipto em praticamente toda a região paranaense do Vale do Ribeira.

A titulação de terras com registro de posses individuais repercutiu significativamente na diminuição do território de João Surá, pois o choque entre a lógica comunitária inerente à organização quilombola e o individualismo vigentes nos documentos e processos de reconhecimento e regularização fundiária do INCRA, acabou por favorecer a expropriação territorial da comunidade. As diversas estratégias utilizadas pelos fazendeiros e especuladores fundiários da região ao longo dos últimos 40 anos lograram êxito, uma vez que estes adquiriram grandes extensões de terras a preços bastante baixos, sendo estas histórias, que fazem parte da memória coletiva, registradas nos seguintes relatórios: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID)³; Relatório do Instituto de Terras Cartografia e Geociências do Paraná (ITCG)⁴; Relatório do

³ A elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) é a quarta etapa do procedimento de regularização dos territórios de quilombolas, previstas pelo Decreto n.º 4887/2003, e conta com estudos técnicos para caracterização espacial, econômica e sociocultural do território, necessários à identificação e delimitação do território pelo INCRA (CALDAS, GARCIA, 2007, *online*).

⁴ O relatório produzido pelo Instituto de Terras Cartografia e Geociências (ITCG) foi realizado dentro da dinâmica colaborativa para execução dos Relatórios Técnicos Antropológicos para reconhecimento, delimitação e demarcação de territórios tradicionalmente ocupados por comunidades remanescentes de quilombos no Paraná efetuados pelo INCRA (SALLES, 2010).



Grupo de Trabalho Clóvis Moura ⁵ e Relatório do Projeto A Nova Cartografia Social, coordenado pelo Antropólogo e Professor Dr. Alfredo Wagner Berno de Almeida.

Muitos moradores guardam a lembrança de uma população muito mais numerosa que mantinha relações de reciprocidade, como os trabalhos coletivos em troca de bens e serviços, e as comemorações religiosas, situações que reuniam moradores de diversas localidades, tanto dos diferentes bairros de João Surá como de outras comunidades do entorno. Ao percorrer o território encontrei inúmeras casas em ruínas, bem como engenhos de cana, alambiques e casas de farinhas desativadas há anos, e ainda, terrenos aplainados em que os moradores indicam terem sido moradias de famílias que se mudaram há anos.

Os motivos para a migração desses moradores para outras localidades, de acordo com Salles (2010, p. 6), que analisou o processo de regularização fundiária, mercantilização e expropriação e terras das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira a partir do relatório produzido pelo ITCG, e conferiu ênfase na situação de João Surá, envolveram: a) o péssimo estado de conservação das vias públicas que impedem a circulação, sobretudo de idosos e crianças, para escolas e serviços de saúde; b) os danos causados por animais de fazendeiros que eram soltos; c) o aumento da incidência de pragas agrícolas devido ao monocultivo de pinus e a pecuária extensiva; e d) as ameaças de agressão física e os insultos dos fazendeiros. Essas situações, que pude verificar nos trabalhos de campo, refletiram diretamente na produção de alimentos.

De acordo com o levantamento do ITCG sobre matrículas de terras que incidem sobre os territórios reivindicados pelos quilombolas, entre 1975 e 1985 foram expedidos pelo INCRA vários títulos de terra em que os registros sugerem irregularidades nas transações. Os depoimentos indicaram que muitos “vindouros”, isto é, as pessoas que receberam os títulos, nunca estiveram na comunidade, ou residiram por poucos meses nas terras, sendo utilizado o nome de “laranjas” nestes processos, e ainda para funcionários dos órgãos de regularização fundiária e ambiental, temporários e concursados (SALLES, 2010, p. 6-11).

Após alguns anos grande parte das pessoas que receberam o título de propriedade do INCRA como “assentados” ou “posseiros” venderam suas terras aos fazendeiros que, por fim, revenderam à empresas plantadoras de pinus ou eucaliptos. A especulação

⁵ O Grupo de Trabalho Clóvis Moura publicou em 2008 o Relatório intitulado *Terra e Cidadania: terras e territórios quilombolas*, realizado através da parceria da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) e o ITCG, com o apoio da Secretaria Especial Para Assuntos Estratégicos (SEAE) (ITCG, 2008).

imobiliária, que caracterizou a comercialização destes lotes de terras, foi marcada pelo abuso do poder econômico de uma minoria sobre toda uma população, que sem ter esses poderes e conhecimentos, tornaram-se “sem terras” em um período pouco maior que uma década (SALLES, p. 12,13).

Fernandes (2007, p. 96) ressalta que foi na década de 1970 que o Parque Estadual das Lauráceas foi criado e surge justamente quando as áreas florestais passam a ser ameaçadas pelas monocultura do *pinnus* e eucaliptos e pelas pastagens, o que produziu um profundo contraste entre as paisagens atuais, por uma lado o intenso impacto ambiental, como assoreamento e morte de rios, erosão, desmatamento e contaminação por defensivos agrícolas, e por outro, a criação de uma unidade de conservação de 27 mil hectares, impedindo a atividade humana.

O Laudo Antropológico descreve esse paradoxo ao relatar que estamos tratando de uma comunidade que usufruía, a cerca de dois séculos, dos recursos territoriais, florestais e hídricos disponíveis na região sem que sua presença e modo de vida tivessem implicado em impactos negativos a este ecossistema, e, no entanto, se encontra atualmente impedida de exercer as tradicionais atividades extrativistas, que historicamente complementava a dieta alimentar, fornecia ervas medicinais tradicionais e recursos para artesanatos, e se encontra desprovida de áreas de cultivo suficiente para manutenção da própria subsistência, como vemos na imagem a seguir.

FIGURA 1 – JOÃO SURÁ EM MEIO A PLANTAÇÕES DE *PINNUS* E ÁREAS DE PASTAGENS





Diegues (2001, p.107-120) destacou que em muitos casos, a legislação ambiental foi copiada de países industrializados e tem se revelado inadequada para países de Terceiro Mundo. Se por um lado essas áreas de conservação tem impedido a especulação imobiliária, por outro lado os moradores tradicionais deixam de realizarem atividades habituais, como agricultura, o extrativismo e a pesca. Isso porque, apesar de residirem em seus territórios ancestrais por largo período de tempo e manterem relações históricas com seu território e, através de seu modo de vida, terem contribuído para a conservação ambiental, mesmo assim são consideradas “infratores”.

Ao questionar um morador sobre quando começou o cultivo de *pinnus*, justamente por ser atualmente considerada por eles como a atividade mais degradante do meio ambiente, verifiquei que a situação de opressão dos grandes fazendeiros e empresários não se restringe ao passado:

Foi em 2004 que começou. Quando vocês [universitários] chegaram aqui [2006] já tava plantado. Na época tinha um cara crica pra caramba. Eu falei pro meu irmão: ‘como nós fazemos, não temos alternativa?’ Ele ta só comprando e encurralando nós, apertando que queria comprar esse pedaço. E ia até as Andorinha apertando o povo. Daí fomo falar com o dono das fazendas. E ele chegava no marco e dizia: ‘esse marco era aqui, como é que mudou?’. Eu disse: ‘você nunca veio aqui, como é que você pode falar que mudou? Vamos ali pegar o vizinho e você vai ver o que ele vai dizer’. Olha, é coisa do demônio. Quase peguei o coitado e pulei no pescoço. O fazendeiro todo sábado ia na casa da pessoa. Diz que não queria, mas queria. Eu mesmo fui atacado do fazendeiro quantas vezes. Ele não vinha na minha casa, mas quando tava no caminho ele me parava. Tava certo que ia comprar a propriedade. Disse que ia comprar 10 alqueires no sertão, que dava em torno de 10 mil reais na época, em troca dessa propriedade. Pra mim liberar essa terras pro *pinnus*. Depois queria dar uma propriedade na Colônia. Eu não aceitei. Aí queria deixar eu num alqueire de chão do lado. Eu falei não. E o cara tava me perturbando aí. [...] Calma tem um limite agora abuso que nem tão fazendo, um ataque pra cima da gente por causa de um pedaço de chão. Sabe, nós não temos terra pra vender, o dono morreu. Eu não tenho nenhum palmo de terra que eu não tenho documento. Meu pai deixou pra mim e a terra fica pro resto da vida. [...] É a minha vida. Onde meu pai criou eu, eu me criei. Por mais que seja um lugar que a gente não vai conseguir o objetivo de ficar rico, mas pelo menos é uma terra. Se eu quiser colocar um bezerro, engordar e matar pra comer com a família. Criar um porco, uma galinha, plantar um pé de árvore pra ver crescer e deixar pro futuro. Você vê, nós tamo encurralado. Pra cima e pra baixo. Só ficou quem ta com resistência da família, mas tudo tem que passar pro nome o quanto antes, que ta no nome dos pais. (Seu João Martins de Andrade Pereira, 49 anos, janeiro/2011).



A fala de Seu João, conhecido como João Baitaca, mostra como sua família resistiu às pressões exercidas pelo fazendeiro para que vendessem as terras. É perceptível o contraste de valores atribuídos a propriedade da terra, pois se por um lado o fazendeiro almeja ter a terra pelo seu valor econômico, tratando-a como uma mercadoria, por outro lado, o morador ressalta o valor da terra como meio de subsistência, ao ressaltar que “por mais que seja um lugar que a gente não vai conseguir o objetivo de ficar rico, mas pelo menos é uma terra. Se eu quiser colocar um bezerro, engordar e matar pra comer com a família. Criar um porco, uma galinha, plantar um pé de árvore pra ver crescer e deixar pro futuro”.

Para Seu João vender a terra foi considerado inconcebível justamente porque a lógica de sua família é de que a terra fique “pro resto da vida”, ressaltando o valor da terra como um bem que permanece “na mão da família”, especificamente dos homens da família. Garante que isso não aconteceu com todos, pois “só ficou quem ta com resistência da família”, lembrando do que ocorreu com as terras da comunidade, em que muitas famílias venderam a baixo custo e saíram para residirem em outras regiões.

O uso coletivo do território, para Almeida (2009, p.109-112), é o produto de antagonismos e tensões peculiares ao próprio desenvolvimento do capitalismo, uma vez que sempre se desdobraram marginalmente ao sistema econômico dominante para assegurar a sobrevivência dos camponeses, que estreitavam vínculos para formar uma coesão capaz de garantir o livre acesso a terra, mesmo diante de múltiplos conflitos com os mais poderosos.

Almeida (2009, p. 104 e p. 109), ao analisar as modalidades de uso comum da terra sob a perspectiva da economia, descreve que os fatores étnicos, a lógica da endogamia e do casamento preferencial acabam por reforçar a indivisibilidade do patrimônio e são interpretados como um obstáculo à propriedade individual, já que a terra não está liberada ao mercado. A relação histórica dos moradores de João Surá com o território, com as regras de uso e transmissão emerge, portanto, de relações contrárias a lógica econômica de mercado, uma vez que o uso comum da terra é o que tem permitido a sobrevivência de muitos.

Além da idéia da terra como valor familiar e comunitário, Seu João Baitaca também ressaltou a necessidade de documentação das terras da comunidade, o que remete à complexidade do processo de regularização fundiária das terras quilombolas do Paraná. De fato, este tem sido um processo lento, burocrático e pautado em estereótipos. Das



cerca de 90 comunidades conhecidas, apenas 36 foram certificadas. Destas, apenas nove possuem o relatório técnico concluído ou em andamento⁶.

De acordo com o Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas do INCRA⁷, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID de João Surá, o segundo realizado no Estado (após o de Invernada Paiol de Telha) já foi concluído e publicado, em dezembro de 2010, no Diário Oficial da União. O relatório indicou que a área total a ser titulada será de 6449,165 hectares, sendo que 50,66% será registrada como área de reserva ambiental, que incluem as áreas de reserva legal, como os morros, rios e sangas, somadas às Áreas de Preservação Permanente (APP), que apresentam uso regulado legalmente por resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, que embora restrinja a prática de agricultura, algumas atividades consideradas sustentáveis, como a instalação de caixas de abelha e a coleta de frutas nativas, foram regulamentadas legalmente.

Com o processo de reconhecimento como remanescente de quilombo os moradores passaram a conviver com agentes externos, como membros de ONGs, representantes do governo, universitários, e ainda ampliaram o contato com outras comunidades que estavam em situação próxima a deles. Além disso, houve mudanças significativas os modos de vida locais, como a constituição da Associação de Moradores, as novas relações de trabalho, as mudanças nas relações com os vizinhos e a valorização de saberes e práticas ancestrais que constituíram estratégias para saírem da invisibilidade e poderem trazer à tona suas reivindicações.

4 A ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E AS RELAÇÕES PRODUTIVAS

A reunião de diferentes famílias por meio da construção de regras coletivas de uso e apropriação do território de João Surá implicou em formas culturalmente específicas de divisão territorial e, ainda, mecanismos de socialização direcionados, sobretudo, pelas atividades produtivas e religiosas. No Laudo Antropológico descrevem que os córregos *Poço Grande*, *Guaracuí* e *João Surá*, que desembocam no Rio Pardo, são os nomes que

⁶ São elas: João Surá, Córrego do Franco e São João, em Adrianópolis; Varzeão em Doutor Ulyses; Água Morna e Guajuvira, em Curiúva; Serra do Apon, em Castro; Maria Adelaide Trindade, em Palmas; Manoel Ciríaco, em Guaíra (SALLES, 2010, p. 3).

⁷ Informações proferidas pelo engenheiro agrônomo do INCRA, Claudio Luiz Marques, durante o seminário “Comunidades Tradicionais na sua dimensão socioambiental”, em 9 de julho de 2010, realizado pelo Ministério Público e direcionado aos representantes das comunidades tradicionais do Paraná.



identificam os três diferentes “bairros”⁸ desta comunidade e como regra geral a ocupação do território para moradia historicamente se dava às margens destes córregos, enquanto as zonas de cultivo agrícola se localizavam nas partes altas do território, organização que ainda se observa na atualidade. Além destes, os córregos *Marrecas* e *Ximingu*, a oeste de Poço Grande, e as localidades *Amoras*, *Forquilhas*, *Cará-Quente* e *Aberta*, nas margens do Rio Pardo, mesmo pertencentes ao estado de São Paulo são também locais tradicionais de moradia e agricultura (FERNANDES, p. 46-49).

Em entrevista com alguns moradores foi realizado um levantamento de informações sobre cada localidade. Agruparam as famílias como pertencentes a um dos quatro locais principais: *Vila de João Surá*, *Poço Grande*, *Guaracuí* e *Cará Quente*. Cada um tem uma dinâmica própria de funcionamento.

A *Vila de João Surá* é hoje o local mais populoso, com 52 moradores distribuídos em 17 famílias. A Vila é considerada o centro do bairro, pois a partir dela é possível se ter acesso às demais localidades. A primeira vista, ao lado direito da estrada principal de acesso, observa-se o Morro do Cruzeiro, um dos sítios sagrados por onde historicamente são realizadas penitências e orações. Hoje se encontra recoberto de *pinnus* até o topo e o acesso a ele é controlado pela empresa de reflorestamento do local, que impõem regras com relação aos locais de acesso e percursos permitidos, para o descontentamento de muitos moradores que informam sempre terem tido livre acesso ao topo do morro. Logo depois da ponte sobre o rio João Surá é possível visualizar o cemitério, localizado em um terreno íngreme repleto de cruzes e *pereguns*⁹, sinalizando mais um dos sítios sagrados. Alguns metros à frente começam a aparecer um conjunto de casas, lado a lado, em torno de um terreno comunitário plano onde se localizam, em seqüência, o Posto de Saúde, o Barracão Comunitário, a Igreja de Santo Antônio, a Escola Municipal, o Campo de Futebol e a Escola Estadual. À frente deste terreno, no outro lado desta estrada principal, estão o bar, com mesa de jogos, e mais duas mercearias. Logo se percebe se tratar do local onde ocorrem encontros para cultos, festas, jogos, reuniões da associação, recepção de visitantes, enfim, o local mais movimentado de todo o João Surá.

A organização deste espaço comunitário é recente, visto há 50 anos não havia essas construções, e embora tivessem mais moradores que hoje, as casas eram afastadas entre elas e se tinha mais terras por família. A atual paisagem, como pude

⁸ Observei, no entanto, que a palavra “bairro” historicamente vem sendo utilizada para denominar João Surá como um todo, e que a denominação “comunidade” foi um atributo externo. O uso recorrente do termo “comunidade” foi escolhido justa mente porque foi incorporado e vem sendo utilizado.

⁹ Esta planta é nativa da África e está relacionado à práticas de religiosidade local.



observar ao subir um dos morros, mostra-nos o contraste entre as plantações familiares e as áreas de pastagens de gado e as de plantações de *pinnus*. A falta de terra, portanto, impulsionou a construção dessas novas casas, o que tem modificado intensamente as relações sociais e o sistema de produção de alimentos.

A localidade *Guaracuí* encontra-se à direita da estrada principal, alguns quilômetros antes da ponte do João Surá e as 13 famílias do local, o que corresponde a 36 moradores, vivem em uma situação diferenciada, pois moram em residências afastadas uma das outras e cercadas por plantações, tanto as dos moradores quanto as das empresas de reflorestamento. Esses moradores vivem mais próximos ao que chamam de “sistema antigo”, que corresponde aos modos de vida do “João Surá no passado”, ao se referirem à organização do espaço (casas afastadas e mais terras de plantio) e às relações sociais direcionadas à subsistência familiar. A única construção de uso comunitário é a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, que embora seja freqüentada, sobretudo, por moradores do Guaracuí, foi construída em terreno particular por uma das famílias e, portanto, é considerada uma construção particular.

Na região do *Cará Quente* vivem apenas dois moradores em suas respectivas casas, em um local que também fora habitado por grande número de famílias no passado. O único acesso a essas casas é por trilhas percorridas em meio a montanhas cercadas por plantações de eucaliptos.

O *Poço Grande* atualmente possui 40 moradores distribuídos em 11 famílias, e, diferente das demais localidades, onde há a presença do *pinnus*, neste local são predominantes as áreas de pastagem de gado entre uma casa e outra. A estrada das Andorinhas está às margens do Rio Pardo e percorre todo o Poço Grande, que recebeu este nome justamente por causa de uma grande “reversa” neste rio. Um dos sítios sagrados do local é um córrego em que passa a “água benta”, utilizada em processos de cura. Como nos demais bairros as famílias moram próximas umas das outras, geralmente no mesmo terreno. Ademais, observa-se uma dinâmica própria entre eles e os moradores de Praia Grande, comunidade quilombola localizado em São Paulo na outra margem do Rio Pardo. O Poço Grande é, ainda, o caminho de acesso até Iporanga, local historicamente mais desenvolvido que concentrava o comércio, hoje realizado com mais freqüência em Adrianópolis, e as festas da Bandeira do Divino e de Nossa Senhora do Livramento, que ocorrem anualmente.

Arruti (2007, p. 233) dividiu o território de Cangume em três diferentes regiões: 1) *região da moradia*, destinada aos cultivos frágeis (legumes e verduras) e aos pequenos criatórios; 2) *região das roças temporárias de subsistência* e comercialização, como o



feijão, o milho, a mandioca e o arroz; e 3) região também dedicada às roças de subsistência, mas distantes das moradias, denominadas de *sertão*. Esta organização do território também é encontrada em João Surá.

Podemos sobrepor a esta classificação espacial, as atribuições de uso familiar e de uso comunitário ou coletivo. O espaço da *moradia* pode ser considerado como um local estritamente doméstico, onde vivem famílias nucleares e extensas. Já o espaço das *roças de subsistência* nas proximidades da moradia, embora de posse de uma determinada família, envolve trabalhos de várias famílias organizadas em atividades coletivas. A *região dos sertões* não é considerada um espaço de posses, e sim de uso daquelas famílias que ao enfrentarem as adversidades vindas de um trabalho penoso a longas distâncias, adquirem sobre o terreno o direito de uso¹⁰. Além desses espaços, há os espaços propriamente comunitários, como os ocupados pela Igreja, cemitério, escola, barracão e campo de futebol, localizados na *Vila de João Surá*, e ainda os recursos como as fontes d'água, os riachos, estradas e caminhos.

A *casa* compreende o espaço físico ocupado pela construção, e o *terreiro* é a denominação do espaço livre à sua volta. Ao fundo do terreiro são criadas as aves domésticas soltas e os porcos confinados em chiqueiros, e ainda árvores frutíferas e os cercados da horta, situação semelhante à observada por Heredia (1979, p. 36 e p. 56) que estudou os “pequenos produtores” de Boa Vista, na Zona da Mata de Pernambuco. A autora também observou que o trabalho no espaço denominado *roçado* possui caráter familiar, desenvolvido sob a direção do pai de família, que controla as atividades e decide sobre os cultivos e sua disposição no terreno. Comparar a Zona da Mata com o Vale do Ribeira só tem sentido se pensarmos que determinados aspectos são pertinentes ao universo rural, como a divisão sexual do trabalho e a organização do território.

As relações sociais nas diferentes localidades do interior de João Surá demonstram que a divisão do trabalho, assim como a do território, também ocorre em esferas de sociabilidade¹¹, em que os trabalhos domésticos envolvem pais e filhos e os grandes trabalhos envolvem os *camaradas* em *mutirões*, *reunidas*, *troca de dias*, *meia e contratações por tarefa e por dia*. Observei que entre estas formas os *mutirões* são os menos freqüentes, pois se trata de uma grande reunião que congrega indivíduos dos

¹⁰ A região do *sertão* tem o uso cada vez menos freqüente pela distância e localização, pois parte atualmente está em área particular. Essa situação faz com que o trabalho no *sertão*, para ser realizado, tenha a permissão dos fazendeiros que, em troca, exigem parte da produção. Isso diverge de tempos passados em que “ninguém era dono, onde pensasse de fazer uma roça fazia, e se largasse já não era dono mais”, como ressaltou Seu Aparecido.

¹¹ Tendo em vista os objetivos propostos, não é realizada a análise de outros trabalhos que não estejam relacionados à produção e beneficiamento dos alimentos.



diferentes locais e famílias, e mesmo das comunidades vizinhas, que após finalizarem um grande trabalho, como a abertura de roças e a construção de casas, recebem como recompensa um baile. No entanto, nem todos podem se beneficiar desta forma de organizar o trabalho, já que envolve grandes custos, desde a alimentação servida a todos durante a execução do trabalho até a organização do baile, com a garantia de comida, bebida e a vinda dos músicos, muitas vezes de localidades distantes. Além disso, como ressaltou Seu Aparecido, o fato de ter pouca gente para o trabalho faz com que o mutirão atualmente “não compensa, que dá uma despesa louca e não dá a renda do trabalho”. Para ele “os *camarada* ia trabalhar mais um pouco para ajudar, que antigamente o povo tinha mais vontade de trabalhar e hoje quer fazer e já ir embora”.

A diferença entre o *mutirão* e a *reunida* é a realização do baile, inexistente neste último caso, mas em ambos há a obrigação moral de se retribuir o esforço dos *camaradas* com a participação em futuros trabalhos. Com a *meia* o benefício da participação se desloca para a garantia de parte da produção da roça trabalhada, pois ao se trabalhar em terra alheia, após a colheita, se deve dar a metade da produção para o dono do terreno.

Já a *troca de dias* em João Surá envolve atividades menores, mais cotidianas e, portanto, segue critérios de proximidade genealógica e social, como identificou Fernandes (2007, p. 63). Aquele que solicitou o trabalho dos *camaradas* por determinado número de dias adquire com eles uma dívida equivalente, a ser paga exclusivamente com o trabalho nas roças de milho, arroz, feijão e mandioca. A *contratação por tarefa*¹² corresponde ao acordo feito entre agricultores em que o proprietário contrata um camarada para executar o trabalho e realiza o pagamento em dinheiro após a conclusão da atividade, que pode ser roçado, plantio ou colheita, de um número determinado de *tarefas*. A *contratação por dia*, realizada atualmente não apenas pelos moradores da comunidade, mas, sobretudo por fazendeiros e empresários da região, diferente das demais formas coletivas de organização do trabalho, não define escalas de sociabilidade culturalmente específicas.

Nas formas de trabalho *mutirão*, *reunida*, *meia*, *troca de dias* e *contratação por tarefa* o domínio social e pertencimento identitário estão arraigados, justamente porque envolvem relações hierárquicas internas e critérios de afinidade em relações de reciprocidade. Destas formas coletivas de organização do trabalho participam aqueles que compartilham de uma mesma identidade comunitária e compreende, por isso, a participação não apenas dos moradores locais como das comunidades vizinhas, como a comunidade Praia Grande, em São Paulo, que passa a ser entendida como uma extensão

¹² A *tarefa* corresponde a 55 x 55 metros, ou 0,3 hectares (3.025 metros quadrados).



das redes de parentesco, já que João Surá e Praia Grande são consideradas uma continuidade sócio-territorial (FERNANDES, 2007).

As atividades do roçado, em oposição às atividades da casa, foram consideradas por Heredia (1979, p. 80) como *trabalho* e, desta forma, o que a mulher fazia em casa e mesmo no roçado, quando eventualmente participava da semeadura ou da carpinagem, era depreciado em relação às atividades masculinas, caracterizadas como trabalho. Moura (1978, p. 19), por outro lado, verificou que ambos são denominados *trabalho*, o trabalho na casa e o trabalho da roça, e com isso mostrou o nivelamento da importância de ambas pela ligação entre a roça e a casa, inevitavelmente interdependentes.

Em João Surá o termo *luta* se refere tanto ao trabalho na roça e criação, quanto ao trabalho na casa. Essa aparente igualdade nos dá a impressão de que, por utilizarem o mesmo termo para ambas as atividades masculinas e femininas, e ainda pelo termo se referir a um trabalho considerado difícil, há a valorização por igual de ambas as atividades, justamente por serem complementares e exigentes. No entanto, o trabalho masculino, em todos os sentidos, tende a ser mais valorizado que o feminino, fruto de uma relação histórica socialmente construída de legitimação do poder do masculino sobre o feminino, como discute Pierre Bourdieu (1999) em *A dominação Masculina*.

Em João Surá os homens realizam os trabalhos considerados mais pesados, como o roçado, o trato e abate de grandes animais, o transporte dos alimentos, a caça e a pesca. Para as mulheres é reservada a atividade de plantio, quando participam da lavoura, mas quando se encontram no ambiente doméstico, feminino por excelência, cuidam dos quintais e hortas, tratam e abatem os pequenos animais, e são as responsáveis por preparem as refeições¹³.

No entanto, é importante ressaltar que em João Surá há situações peculiares de trânsito entre estas diversas atividades:

A: E a senhora sempre trabalhou na roça?

DL: Toda a vida. E gosto do serviço de roça. Então quando vem uma gente aqui pra conversar comigo me distrai. Lá na roça que fica assim melhor, que disfarça a gente. É sim. Eu com meu marido roçava. Eu ia plantar, a gente agüentando fazer a gente faz. Mas as coisa pesada que homem carrega a gente não agüenta. (Dona Luiza de Andrade Lima, 76 anos, janeiro/2011).

A Dona Luiza, mulher que com 76 anos trabalha na roça, fato observado entre a maioria dos “mais velhos”, relata que sempre trabalhou por gostar deste tipo de serviço e

¹³ Esta divisão sexual do trabalho é pertinente ao mundo rural e já foi descrita por pesquisadores como Moura (1978), Brandão (1981), Heredia (1979) e Queiroz (2006).



realizava atividades como o roçado, considerada muitas vezes como uma atividade masculina. Apesar disso, há um limite determinado pela força física, em que a mulher só executa aquilo que está “agüentando fazer”, justamente por ser reconhecida como mais fraca em relação ao homem.

Outro critério que observei para a divisão das tarefas é a disponibilidade de mão de obra para a atividade, de modo que existem homens na comunidade que moram sozinhos ou com filhos homens em que as demais mulheres da família ou saíram da comunidade ou faleceram, e por isso exercem atividades como a culinária, genuinamente femininas, por necessidade. Verifiquei casos em que homens da família têm afinidade com o preparo de algum prato específico, como a *sopa de bureva*, ou, ainda, situações específicas, como casos de doença da mulher ou situação de resguardo e amamentação, em que homens assumem a cozinha. Essas condicionantes estão relacionadas à *divisão social do trabalho* discutida por Durkheim (1979).

A divisão social do trabalho também depende da fase do ciclo de vida. Os jovens têm se dedicado ao trabalho no *pinnus*, não mais prestando assistência aos “mais velhos”, o que era uma prática recorrente quando não havia essa possibilidade de trabalho.

A: Alguém ajuda a senhora?

DL: *Camarada* ta difícil Eu chamei o Jeca, pra ele ajudar aí carpir a roça de arroz. E não apareceu, não apareceu. Ta difícil que cada um tem seu serviçinho e a maioria trabalha nas lavouras de *pinnus*. É difícil arranjar um pra trabalhar. (Dona Luiza, janeiro/2011).

O fato de que “*camarada* ta difícil” foi relacionado pela Dona Luiza como uma das consequências da utilização da mão de obra jovem para as atividades no *pinnus*. É relevante notar que apenas três famílias sobrevivem exclusivamente da agricultura como em tempos passados, lembrados como uma época em que havia abundância de terras férteis e de mão de obra. Os adultos que já possuem família consolidada, além da prática da agricultura e eventualmente venda dos produtos, garantem a renda por meio de prestações de serviços autônomos, como comércio e o trabalho de transporte, de serviços nas roças dos *camaradas* ou nas terras dos fazendeiros.

Seu João Baitaca, como é conhecido, relata essa realidade:

A: Uma das coisas que eu to observando é a força de trabalho jovem, ela ta sendo destinada pro *pinnus*. Que é difícil o jovem que não trabalhe no *pinnus*, por causa da renda. E é difícil também pra quem trabalha, Pedro Moura, Dona Luiza, Dona Adelaide, e que já ta com 70 anos ou mais. Com problemas de saúde. Como fica a agricultura agora? Quem planta alimento?



SJ: Na verdade, você veja bem, eles hoje são pessoas que ainda planta um pouquinho pra sobreviver. Mesmo aposentado ainda tira da roça. E esses do *pinnus*, vive só de trabalhar no *pinnus*. Eu penso comigo. Ajudei a plantar o eucalipteiro em 92. Trabalhei dois anos e pouco, e o que eu tenho disso? Esses um que tão no *pinnus* provavelmente vai chegar na mesma situação. Vai ta com quarenta e poucos anos, não tem garantia que vão ser agricultor, não tão empregado, vão ficar mais à toa que a gente. Não tem uma terra na mão. A tendência deles é sair tudo daqui [...].

A: Como você imagina a comunidade no futuro? O que as pessoas vão fazer?

SJ: O que faz a segurança do lugar é principalmente as pessoas que depende de ta no sítio. A maioria não tão. Você vê hoje ali na vila [Vila de João Surá], eu me envergonho de ta ali certos dias. Que as pessoas que vive da agricultura e da roça, chega ali e acha as pessoas tudo ali num lugar, concentrada, e não se vê nada plantado. Já chegou muita gente lá e falar: ‘como é que vive aquele povo ali?’. Então, se continuar daquele jeito ali [...]. Às vezes vai pensar que é um pensamento violento, e as pessoas vão dizer que a gente é ruim. Mas é que é defender o patrimônio quando ta vendo tudo ir abaixo. Então é difícil. Hoje na verdade parou aqui. Se eu falar pra você que um piação desses planta um pé de milho eu vou ta mentindo. [...]. Amanhã ou depois o futuro deles é se arrancar daqui. Que nem tem jovem que fez curso, não passou a informação. Se passasse a mãe com o pai dele não tava passando veneno. Pra mim é muito importante essa entrevista aí. Se você botar lá pra eles vê, vão ta lá e ver que é meu produto sem veneno. Vai ser gratificante pra mim. (Seu João Martins de Andrade Pereira, 49 anos, janeiro 2011).

O morador compara o trabalho dos mais velhos com o dos jovens, ressaltando que “mesmo aposentado ainda tira da roça. E esses do *pinnus*, vive só de trabalhar no *pinnus*”. Como a grande parte dos trabalhadores do *pinnus* está concentrada na Vila, o que vai de encontro à diminuição do território da comunidade, em que muitos “não tem uma terra na mão”, o sustento de suas famílias provém da compra de insumos alimentícios com a renda da prestação de serviços. Essa situação envergonha o morador, que se lembra de situações passadas em que pessoas questionaram o fato de “não se ver nada plantado”. A maior preocupação deste agricultor é com a “segurança do lugar”, que para ele “depende das pessoas que ta no sítio”. No entanto, suas previsões para o futuro desses jovens é de que “a tendência é sair tudo”, relatando que com quarenta anos eles estarão sem terra e sem trabalho.

Em entrevista com Seu Militão, agricultor de 65 anos, a falta de terra não é a principal questão que impede o trabalho dos jovens na agricultura, para ele “alguns não tem terra, o pessoal ta falando que quer terra, mas nem usa tudo a terra que tem, não trabalha”. Sua esposa, Dona Olinda, complementa que “aquele pouquinho que tem dava pra trabalhar nela, mas não trabalham!”, ao ressaltar que a terra de fato é insuficiente,



mas ainda assim, não aproveitada. A causa disso, para Seu Militão, é que “os mais novo tão tudo na sipiagem [?], ou estuda, ou trabalha, ou ta a toa, e perde tempo de falta de vontade de trabalhar”. Portanto, a maior parte da produção de alimentos é feita pelo “mais velho”, que para ele “é mais interessado no serviço que os mais novos”.

Nestes últimos cinco anos acompanhei a saída de muitos jovens, principalmente os rapazes da comunidade, que se mudaram para residirem nas cidades populosas da região metropolitana de Curitiba e de São Paulo, que conferem mais oportunidades de emprego e formação. Para Woortmann (1990, p. 219), no entanto, a experiência de morar na cidade “tem um sentido simbólico ritual, para além de sua dimensão prática.”. A autora ajuda-nos a entender os motivos da migração:

Para se tornar *homem* é preciso enfrentar o *mundo*, mesmo entre os *fortes*, e retornar vencedor, o que será atestado pelo dinheiro trazido na volta. [...]. Submetendo-se a condições de vida difíceis, gastando o mínimo de dinheiro, com o qual comprará gado, ou mesmo o material necessário para a construção da casa, ou mesmo terra. [...] Ter viajado torna as pessoas superiores a quem nunca saiu do lugar. A migração marca, sobretudo, a superioridade dos que agora são *homens* dos que ainda são *rapazes*. (WOORTMANN, 1990, p. 219).

A migração entre os jovens de João Surá ocorre, portanto, ocorre quando ainda são solteiros, ou seja, *rapazes*, pois desejam experimentar a “liberdade” que não tem em casa, adquirir mais experiência ao mesmo tempo em que buscam prosperar financeiramente e se tornarem *homens* perante a comunidade. E voltam porque enfrentaram as frustrações decorrentes da não correspondência das expectativas de ganhar dinheiro e fazer carreira e ainda precisam dos pais, ou ainda, porque prosperaram e desejam melhorar a vida da família. Para a autora, a migração é importante para os filhos dos sitiantes *fracos* acumularem recursos que possibilitarão a vida de casado. No entanto, se torna um problema para o projeto coletivo da família, principalmente quando a migração do filho não pode ser compensada pelo trabalho de outro filho.

Em João Surá esta situação é recorrente, pois a mudança é, em geral, permanente e o retorno à terra natal ocorre só em períodos eventuais, como festas e rezas, impulsionado pelo sentimento de saudade e os benefícios que o sítio confere, como poder levar para casa algum produto da roça. Seu Paulico conta sobre o que ocorreu com seus filhos:

Aqui não tinha pé de nada, era só capinzinho. Foi quarenta anos de trabalho. Os filhos até que não ajudaram. A filha sete anos foi pra escola, com doze foi pro convento, de lá saiu de lá pra casar [risos]. O piá também, quando pegou 16 anos foi trabalhar pra fazendeiro e depois pra companhia de energia, foi pra São Paulo. Só veio pra casa com vinte e dois anos, voltou, ficou um pouquinho e foi embora de novo. (Seu Paulo de Andrade, 69 anos, janeiro/2011).



Essa situação indica o que geralmente acontece na comunidade, em que filhos do casal se envolvem nos estudos e, posteriormente, casam e desenvolvem trabalhos remunerados, como no *pinnus*, nas fazendas ou serviços na cidade. Essa situação foi encontrada por Afrânio Raul Garcia Jr. (1989, p. 95) que descreveu que a drenagem para o *Sul* dos homens adultos, exatamente nas idades de maior vigor físico, deixou na região os velhos, mulheres e crianças.

O trabalho dos agricultores que permanecem no local, portanto, tem sido feito sem grandes serviços desses jovens, o que tem diminuído consideravelmente a parcela da dieta alimentar que provém dos recursos locais pela falta de mão de obra, pois por vezes os agricultores estão envelhecidos ou adoecidos e, portanto, sem grande produtividade como antes.

Se a mudança no trabalho da roça trouxe um problema para os homens, que se viram sozinhos na “luta com a roça e com a criação”, a facilidade de acesso à escola e as exigências que o estudo impõe, trouxe um problema para as mães de família que eram acostumadas com o trabalho doméstico das filhas. Sobre esta situação Fakui (2009, p. 294) relatou que a idade escolar coincide com o momento em que a criança começa a ser braço útil à família, e se por anos o acesso à escola dos moradores de João Surá era limitado, aceitar a nova situação de reduzida participação das crianças na vida social e econômica não tem se mostrado uma tarefa fácil. Isso porque a criança sempre foi considera “a riqueza do pobre”, justamente pelo volume dos trabalhos exercidos.

Fakui (p. 292-298) ressalta que além do aspecto produtivo, esta inserção nas dinâmicas de trabalho sempre foi vista como um processo educativo em que ao mesmo tempo em que eram repassados conhecimentos práticos da lida no ambiente rural repassava-se os valores morais e se exercia o controle. Apesar de hoje a criança ter se tornado um encargo para os pais, que precisam custear os gastos com os estudos e ainda não contam com a participação nas atividades como em outros tempos, as atividades continuam sendo estimuladas, menos por seu papel prático e mais pelo aprendizado, como ressaltou Dona Joana ao dizer que “nem que não seja todo o tempo, tem que fazer para aprender as coisas da casa”, ao se referir ao trabalho das netas nas atividades domésticas. Como veremos ao tratar do preparo dos alimentos, as crianças estão envolvidas em grande parte das etapas.

A apresentação de como se estrutura o território da comunidade e neste “cenário”, como se desenvolvem as relações sociais no âmbito produtivo, foi realizada para que pudéssemos compreender como a alimentação vem sendo garantida hoje. Portanto, no



próximo ítem, buscamos discorrer sobre as mudanças no meio ambiente e nos processos produtivos que refletiram no atual modo de obtenção dos alimentos.

5 AS MUDANÇAS AMBIENTAIS E NO SISTEMA PRODUTIVO

Dona Clarinda, moradora local, descreve a problemática da falta de terra e emprego para os jovens, discutida anteriormente, ao lado da necessidade de melhoria das condições de trabalho na lavoura:

Precisa da terra pra segurar as pessoas, os jovem né. E ter a garantia de emprego pros jovens. Nem emprego, mas uma garantia que o jovem consiga viver aqui. Nem que seja na lavoura, mas que consiga tocar a lavoura aqui. Do jeito que ta, é só na enxada memo pra tirar uma comidinha pra comer em casa, que sair pra fora não dá. Tem que ter umas condições melhor pra gente trabalhar. E que o que nos plantamos também não perca. Que já perdeu muito aqui. É o que tem que melhorar mais. Hoje nós tem garantia de viver aqui, então vamo garanti mais bem. Pedir pro governo que ajude a garantir o direito de nós viver aqui com dignidade. Ter certeza que nossos futuros filho e neto e bisneto, como nosso bisavô e tataravô deixou pra nós garantiu pra nós até hoje, vamos garantir pro nossos filhos que ta aí. (Dona Clarinda Andrade Matos, 51 anos, janeiro/2011).

A moradora discute que o trabalho feito atualmente “só na enxada”, embora garanta a “comidinha para comer em casa”, geralmente não permite produção para a venda. Isso porque enfrentam além da dificuldade de produção em grande quantidade, por falta de mão de obra, de tecnologias e o ambiente degradado, o problema de escoamento da produção para venda em outras localidades, pois o que fora plantado em quantidade “já perdeu muito”. Essa situação recorrente também foi narrada por Dona Olinda:

A gente colhe feijão que nós não vencemos comer, daí bicha tudo, caruncha tudo. Daí não tem comprador, daí perde feijão. Tal de ‘compra direta’ não vem nada buscar. Quando tem bastante coisa não vem buscar e quando não tem daí que vem procurar. Tudo errado essa coisa. (Dona Olinda Fortins Penicha, 64 anos, janeiro/2011).

O feijão e a mandioca são os produtos com maior rendimento na produção, e, portanto possíveis de se serem comercializados. No entanto, como Dona Olinda e Dona Clarinda relataram, enfrentam dificuldades para as vendas externas. Durante as entrevistas percebi que essa perda da produção não é uma situação recente, pois fez parte da história da comunidade nestes últimos 60 anos, só que por motivos diferenciados em momentos em que as “pestes” foram recorrentes.



A: Queria saber se o senhor podia contar pra gente sobre a história da alimentação aqui na comunidade, as pestes que tiveram e o que aconteceu.

P: Posso apresentar desde a primeira tragédia que teve aqui, que foi a peste dos porcos. Isso já foi em 52, a peste suína. Que acabou com o recurso nosso. Aquele tempo era o porco e a rapadura. Aí a peste dos porcos já deixou pouco os porcos. Não encontrava mais porco aqui na comunidade. A segunda peste, bom, veio a peste das galinhas, em 58, matando as aves. Acabou com tudo também. A terceira o que destruiu foi o mamão, em 63. Naquela época todo mundo tinha dinheiro. Fazia sua boa compra com um capão bom de mamão. Toda a quarta feira era a colheita. Daí depois da peste veio a neve no mesmo ano, terminou de acabar com tudo. [...] Até as mata, caiu tudo as folhas. Ficou aquele queimadão. Foi uns três anos pra começar a ver tudo verde. Aí só fazia alguma coisinha pra comer. Dinheiro mesmo ninguém viu mais. (Seu Paulico, janeiro/2011).

Foram listadas pelo morador quatro situações marcantes: a *pestes dos porcos*, a *peste das aves*, a *peste do mamão* e a interferência da *neve*. Quando realizei essa entrevista estava acompanhada da agrônoma Cristiane Coradin que iniciava um projeto para assessoria técnica aos produtores da região, uma das importantes demandas reivindicadas pela comunidade. Seu Paulico relatou que tinha “vontade de voltar a formar, que o mamão é uma fruta muito cara”, mas assim como todos os produtores tem enfrentado dificuldades. A agrônoma relata a “o único que eu vi ter uma produção de mamão bonita sem dar peste foi num sistema de agrofloresta”, sistema que tem sido experimentado por alguns agricultores do lugar, a exemplo das técnicas relatadas por Seu Paulico.

Para Seu João Baitaca “o que nós tamo passando hoje em dia é pior que as pestes, que a neve”, ao lembrar-se da situação da entrada dos fazendeiros e dos empresários de *pinnus* na região. Sua esposa, Dona Irani, explica que “a peste é coisa que vem do mato, mas *pinnus* e fazenda, essas coisa é do homem”, e, portanto disse que preferia “o mato que as fazendas”.

Há 30 anos não tinha o calor que a gente vê hoje, tinha mais mato. A vegetação ajudava no clima. A gente venho vendo o que vem mudando. Hoje a gente ta vendo as água diminuindo, tem dois anos que quem planta pelo morro ta sofrendo. Tão usando veneno para todo lado desse morro. Coisa que nunca tinha na vida. Tinha uma riqueza que nem se compara com hoje. Na verdade se acabou tudo, vai ter que formar agora em diante. Essa mexerica ninguém mais planta, eu plantei uns 30 pés porque to fazendo força de formar essa mexerica. Lima, duas qualidade, imbiguda e celeste, tinha tudo nessas capova que os fazendeiros compraram. Tinha, só que hoje não se encontra mais. É uma antiga. (Seu João Baitaca, janeiro/2011).



De acordo com o Seu João Baitaca as mudanças mais significativas no meio ambiente datam de cerca de 30 anos, sendo que o uso do “veneno para todo lado” foi considerado um dos grandes causadores das mudanças. Em entrevista com outros dois moradores foi possível identificar que o uso do veneno é recorrente também entre os moradores da comunidade:

A: E como ta a terra hoje?

SB: Ta contaminada. Tem esse *pinnus* aí. Daqui uns tempos não dá nada mais de tanto veneno.

G: Eu trabalho com veneno, direto. Única solução. Mais fácil de carpir. Mas ta feio, outro dia fui parar lá no Posto de Adrianópolis. Deu uns *piripaque* ni mim, deram duas *injeção*.

A: Há quanto tempo você usa veneno?

G: Pulverizar faz uns dois anos.

SB: Dois anos faz pra você, mas pros outros... (Seu Sebastião Zabé e Gonçalves, janeiro/2011).

Para Seu Gonçalves o uso do veneno foi considerado a “única solução”, justamente por ser “mais fácil de carpir”. Por outro lado, isso tem repercussões negativas na saúde desse e de outros que trabalham “com veneno”. Esse morador presta serviços à fazendeiros, o que facilitou o acesso ao uso do veneno em suas próprias plantações. A situação relatada vai de encontro a observação de ter havido diminuição no número de moradores na comunidade e, ainda, de membros jovens nas famílias, o que consequentemente tem repercutido na falta de mão de obra para o trabalho, facilitado, portanto, com o uso do veneno.

Seu João Baitaca, considerado por muitos pesquisadores como um dos agricultores mais empenhados na implantação do “sistema de agrofloresta”, conta porque optou por parar de usar o veneno:

A: E como você falou do veneno, a gente não tem porque esconder. Isso é um fato que ta acontecendo aqui no João Surá, o veneno ta nas plantações. Queria entender um pouco como chegou o veneno, quando.

SJ: O veneno ta com mais de 30 anos. As pessoas mais poderosas começaram a fazer uso. Os de fora trouxeram conhecimento e o do lugar pegou. Na verdade eu já usei veneno também. E quando vi que não era bom fui abandonando, que tem mais de 12 anos que não uso mais.

A: Qual veneno usava, aquele pra matar o mato ou que aplica direto na plantação?

SJ: A gente usava mais o *glifosato* e *pó rundup* pra matar o mato. Direto na planta não. Na terra pra fazer a limpeza do mato. Que nem, o vizinho aqui ta usando. Eu não posso garantir o produto dele como agroecológico.

A: E tem alguém como você que não usa veneno?

SJ: Olha, que eu to tendo certeza é o Aparecido. O resto eu não posso garantir. Tudo eles daqui, não tem ninguém mais.

A: E por que você acha que passaram a usar veneno?



SJ: É a diminuição do trabalho, vai carpir, vai queimar, tem problema seríssimo. Que favorece pra eles. A gente até enxerga com razão, mas futuramente acho que a saúde da gente piora. Eu sou sozinho. Talvez eu não faça uma produção grande, mas eu trago um alimento de qualidade pra cá. Pro organismo é muito bom. Tudo que eu tenho hoje aqui 100% de prova que não tem nada de agrotóxico. Cansei de ver passarinho morto com quem passava veneno. O que fez mais eu me sentir mal mesmo foi ver os passarinhos mortos, sabia? Eles catava os bichinhos, minhoca, e morriam. O sabiá vai e pega. Você veja bem, você mata o mato. Acredita que uma vez minha criação pastou onde tinha uma vaca pertinho da trilha. Minhas vacas davam oito litros de leite, e a gente ficou meio com medo que meu irmão passou veneno. E a vaca tava gorda pra criar. A gente não falou pra não criar encrenca com a família, se for pra criar, melhor calar a boca. Passou quinze dias a vaca criou um bezerro tudo peladinho, derrubou tudo o pêlo do corpo. E a vaca ficou urinando sangue pra sempre.

A: Morreu?

SJ: Morreu. E a vaca era sadia! Daí que me deu mais raiva do veneno. (Seu João Martins de Andrade Pereira, janeiro/2011).

Quando Seu João utilizava o “veneno” desconhecia possíveis agravos no ambiente e na saúde dos homens e animais. A “raiva do veneno” foi fruto de constatações de que a morte de animais foi ocasionada pelo seu uso. Observei que hoje não só ele como a maioria dos agricultores tem tido contato com as discussões sobre o tema, seja por parte dos projetos e pesquisadores, seja pelo maior acesso aos meios de comunicação. Mas, como observamos isso não tem impedido a utilização do produto. A fala acima indica que “a diminuição do trabalho” em um lugar de mão de obra escassa tem feito com que o uso do veneno faça parte do cotidiano local, ao se tornar em certa medida importante para a garantia da produção de alimentos.

Ao identificarmos que a maior parte dos agricultores utiliza agroquímicos na produção de alimentos apontamos para uma situação polêmica, visto que o senso comum, sobretudo, aquele empregado na formulação de políticas públicas, busca tratar todas as comunidades tradicionais como lugares em que essas modernas tecnologias são ausentes. Tenho analisado que isso vem ocorrendo por desconhecem essa realidade ou mesmo por não quererem admitir, pois de forma poderia ir contra ao estereótipo atribuído a essas comunidades, como o caso do GT Clóvis Moura.

O fato de muitos agentes governamentais não se atentarem para essa realidade, que não atinge apenas João Surá, como diversas comunidades quilombolas do Paraná em que identifiquei que a agricultura não é mais isenta de “venenos” como em tempos passados, impede a atenção nesta área, deixando-as carentes de assessorias técnicas que poderiam mudar essa realidade. Por outro lado, nessas “andanças” por outras



comunidades, observei movimentos grandes de incorporação do “sistema agroecológico”, como em comunidades próximas a Barra do Turvo. Trabalham em parceria com uma empresa, Cooperafloresta, que presta assessoria para garantir um tipo de produto, o “agroecológico”, que tem tido mercado em expansão. Além do aumento da renda dos moradores, esses moradores me relataram melhora na qualidade da alimentação de muitas famílias envolvidas no processo.

Seu João Baitaca conta o que entende por “agroecologia”, como entrou em contato com o sistema e como se sentiu ao verificar o desenvolvimento desse trabalho em uma das comunidades em Barra do Turvo:

SJ: De uns tempos pra cá eu to tentando recuperar a terra. Apesar de a gente ta em começo de luta ainda. A terra tem que tratar dela. Tem um pé de limão ali, ta vendo, atrás do cipó de maracujá. Não tava querendo sair, eu coloquei um punhado de bagaço de cana atrás dele. Num tantinho ele se ergueu. E esse outro ali, do Taiti, não segurava carga. Eu coloquei um monte de bagaço ali, parece que ele começou a reagir e segurara limão.

A: Com quem aprendeu isso da agroecologia?

SJ: A gente vê, eu acho que a umidade e a adubação. Permanece o adubo ali, e os bichos, tem a matéria orgânica que eu fiz. Fez e viu que os microorganismos da terra vêm e ficam ali. Apossado ali adubando. Fica fazendo a compostagem. A tradição vem da época que o INCRA veio e mediu, eles trouxeram recurso pro pessoal. Só que já era da cultura de queimar mesmo, e o pessoal não pegaram pra fazer. Mas eu vim de pouco tempo de visão e permaneci com aquela sementeira da AOPA, o feijão de porco, a mucuna, o guandu, tudo eu tenho aí. Que plantado ta adubando a terra.

A: E aqui na comunidade tem outros que fazem isso?

SJ: Não, só eu. O pessoal não que nem saber disso [...]. Eu fui na agrofloresta perto de Barra do Turvo e lá a gente viu o sistema do pessoal. Foi umas seis tarefas, que o cara já tinha bananeira e faltava plantar o milho, o palmito e o café. E um monte de coisa nós plantamos. Eu sei que ficamos um dia, uns cinco, sei mais ou menos que foram do João Surá. Plantamos uma área grande e o cara ficou tão contente. Eu falei pra ele que eu tinha uma pequena área e com aquela experiência eu ia continuar. Ta com uns três anos. Foi uns par aqui do João Surá, mas quem pegou o sistema fui só eu.

A: E quando você voltou mudou alguma coisa?

SJ: Que nem, aqui queimava e carpia, e deixava a terra lavada né. A gente foi percebendo. A gente reconhece que não usava veneno dentro da propriedade, que é agroecológico. Hoje se puder evitar a queima e a carpida muito importante, que no futuro vai produzir muito melhor.

A: E o que você considera que dá pra fazer para outros fazerem isso?

SJ: Digo sinceramente, tem que chamar uma reunião e conscientizar eles nessa área. Você veja bem ‘uma andorinha sozinha não faz verão’. Já pensei em sair daqui, você fica numa comunidade que você fala e ninguém escuta. Lá em Barra do Turvo sabe, eu cheguei a chorar de ver a situação né. A união lá. Foi lá em Três Canais, no Pedro, pertinho de Córrego do



Franco. Vi a união do pessoal, 70 pessoas trabalhando, tem 130 hectares de terra tudo agrofloresta, tem caminhão, tem o povo unido. E você vê as pessoas unidas pro trabalho e com aquela consciência, tão lindo né. Eu falo pra Irani que nós não chegamos em parte nenhuma nessa comunidade. Na parte da produção. Você vai trabalhar com um que você pega um burro, um cavalo a primeira vez e não pega um ser humano. Eu falo mesmo, o ser humano é pior que um animal pra mexer com ele. (Seu João Baitaca, janeiro/2011).

O morador demonstra descontentamento em não observar outros moradores que se interessem por implantar a agroecologia, ao dizer que “o pessoal não quer nem saber disso”. Ao comparar a agricultura em João Surá com a de Três Canais, “tudo agrofloresta” em que verificou “as pessoas unidas pro trabalho e com aquela consciência”, reclama da falta de união dos produtores e a necessidade de “conscientizar eles nessa área”. Analisando a entrevista com o morador, que ressalta todo o tempo estar sozinho, nos induz a acreditar que praticamente apenas ele produz em sistema agroecológico. Poderia dizer que, de fato, ele é um dos poucos que relaciona as práticas mais “sustentáveis” com essa denominação de “sistema agroecológico” por ter participado de encontros, dominar esses conceitos e demonstrar maior interesse em conhecer e experimentar as inúmeras técnicas que o sistema prevê.

Por outro lado, ao verificar o estudo do agrônomo Lourival Fidellis, que investigou as interfaces da agricultura quilombola com a agroecologia em um estudo sobre a agricultura tradicional de João Surá, notamos que em inúmeras práticas o sistema produtivo da comunidade pode ser considerado agroecológico. Acompanhei a realização deste estudo, que hoje é a única referência em profundidade sobre a agricultura encontrada em João Surá, e, portanto, ele é apresentado a seguir.

De acordo com Fidellis (2006, p.37-p.39), para a produção de vegetais os agricultores utilizavam a prática do pousio de quatro anos em áreas que se intercalam e eram separadas por uma faixa de mata nos vales entre uma encosta do morro e outra. Este prazo do pousio foi justificado não somente pela necessidade de regeneração da fertilidade natural do solo, mas também para garantir a lenha sem ser necessário derrubar a mata virgem. Associado ao pousio, realizavam a preservação de germoplasma próprio, em que sementes e mudas, como de feijão, arroz, mandioca e cepas de cana, de inúmeras variedades de espécies, encontram-se com eles há pelo menos três gerações. Essas sementes foram historicamente selecionadas por serem viáveis e ambientadas às condições climáticas e de solos da região e foram observadas freqüentes trocas, pois na ocorrência de uma safra fracassada é possível ser amparado pelos outros mediante



empréstimo de sementes para a lavoura seguinte, sendo o pagamento realizado com a mesma semente. Observou ainda que realizavam o cultivo em pequenas áreas que variavam de 5 a 10 ha dentro das propriedades de 10 a 40 alqueires. Além das lavouras maiores destinadas ao arroz, feijão e mandioca, que observamos ser a base da alimentação desses quilombolas, também eram cultivadas, de forma consorciada, alimentos como abóbora, melancia entre diversas olerícolas que garantiam a diversidade da produção.

Fidellis (2006, p. 45), apesar de ter observado o uso do fogo para limpar as áreas de plantio (e eu acrescentaria o eventual uso de agroquímicos¹⁴, não realizado por todos), demonstra que os fundamentos básicos da agroecologia estão presentes nas práticas em João Surá. Sugere que, para se aproximar ainda mais do sistema agroecológico, seria necessário o melhor aproveitamento dos insumos internos:

Enfim, adoção de adubação não sintética baseada em recursos vegetais e animais presentes na propriedade e adaptados à região melhorará sensivelmente a proteção e fertilidade do solo. Isto tudo acrescido de policultivos, das mais variadas espécies vegetais que se prestem não somente a alimentação humana, mas também para melhoria das condições físicas e químicas do solo, para alimentação dos animais, em suma para o equilíbrio do sistema solo – planta – homem (FIDELLIS, 2006, p. 46).

Fernandes (2008, p. 81) afirma que embora a comunidade ainda exerça a produção agrícola com as técnicas desenvolvidas ao longo de mais de dois séculos, a diminuição da diversidade de produtos cultivados e a insuficiência da produção para subsistência, que eram desconhecidos pelas gerações anteriores, caracterizam a agricultura nos dias de hoje. Atribui essa situação atual à falta de acesso aos bens de produção e às dificuldades de manejo do solo, que se encontra cada vez menos disponível e empobrecido.

No estudo Fidellis demonstra ainda que apesar de as “famílias terem diminuído a produção de alimentos continuou, o que reduz imensamente os custos com alimentação”, pois constatou que mesmo as secas dos anos 2005 e 2006 elas não tiraram da mesa os alimentos principais da dieta, o arroz, o feijão e a farinha de mandioca, e que a renda com a aposentadoria permitia a garantia de alimentos onde a safra fracassou. Embora os

¹⁴ Fidellis (2006, p. 43) relatou que seus entrevistados foram taxativos ao responderem que não utilizam insumos químicos como adubos, fertilizantes sintéticos e agrotóxicos, sendo utilizados nas tarefas diárias das lavouras os instrumentos: enxada, foice, facão e a máquina de plantar manual. No entanto, não pude deixar de demonstrar uma realidade contrária, a presença desses agroquímicos em muitas propriedades, em um contexto cinco anos após sua pesquisa.



principais alimentos não tenham saído da mesa, uma parte considerável da dieta alimentar passou a ser adquirida em mercados, no caso de muitas famílias que não se dedicam para a produção, indicando que a produção não continuou em importância econômica com a redução das famílias, e, sobretudo, das terras. A produção de alimentos tem de fato diminuído custos com a alimentação, em um contexto em que os cultivos não visam à comercialização, que só tem ocorrido quando há excedentes, pois o objetivo primordial, como também analisa Fidellis, é a reprodução da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se apresentar a comunidade a partir do processo de ocupação e expropriação territorial observamos que, se por um lado o território histórico permitiu a sobrevivência do grupo no local por mais de dois séculos, por outro, a sua expropriação foi o principal fator responsável pela emigração e, com isso, diminuição da população local.

A permanência fora garantida pelo acesso aos recursos locais disponíveis e pelas abundantes áreas de cultivo, que movimentavam a agricultura de subsistência e comercialização do excedente da produção. João Surá esteve, por muitos anos, inserida nos ciclos econômicos regionais pela importância da comercialização de produtos como rapadura, carne de porco, feijão e mamão. A alimentação em quantidade e qualidade dinamizava tanto as atividades cotidianas, quanto as festas e rezas, sustentando amplos circuitos de reciprocidade. A divisão do território, assim como a divisão do trabalho, ocorria em esferas de sociabilidade definidas por critérios de afinidade, relações hierárquicas e circuitos de reciprocidade. Essa dinâmica social é própria ao meio rural, sendo abordada por pesquisadores do campesinato brasileiro referenciados neste estudo.

A especulação imobiliária, que ocorreu a partir da década de 50, alterou substancialmente a relação tradicional que os moradores possuíam com o território histórico e, conseqüentemente, as próprias relações de trabalho tradicionais foram alteradas. As propriedades privadas e as grandes corporações que se instalaram no local causaram degradação ambiental e afetaram os meios de subsistência. A terra explorada e vista como mercadoria se opunha à terra manejada para o uso, trabalho e sobrevivência das comunidades tradicionais. Esta relação conflituosa fora pautada em jogos de poder, em que a população vivera em clima de coerção e temor, o que impulsionou a venda de terras e a saída de grande parte dos moradores para outras regiões. Este processo se estendeu por várias comunidades no Vale do Ribeira.

A situação exposta não é pertinente apenas ao passado, já que ainda se manifesta de diferentes formas e ressoa em todos os âmbitos da vida social em João Surá. Essa



realidade só repercutiu no âmbito político a partir do reconhecimento da condição de “comunidade remanescente de quilombo em 2005. Os moradores da comunidade João Surá, por sua vez, aproveitaram a maior visibilidade para destacar questões problemáticas e fazer suas reivindicações, ocupando lugar de destaque nas discussões relacionadas à situação das comunidades remanescentes de quilombo.

Nestes cinco anos após o reconhecimento, inúmeras conquistas são descritas. Foram resolvidas questões de infra estrutura local (escola, estrada, luz, ponte, balsa), certas relações conflituosas com fazendeiros foram superadas e parte do processo administrativo para a titulação do território foi concluída. Hoje João Surá já possui o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID concluído e publicado e está entre as poucas comunidades do Estado que avançaram até este ponto. O direito ao território titulado, no entanto, mostrou ser o maior dos enfrentamentos, já que é um processo reconhecidamente lento e burocrático em todo o país.

Além disso, as famílias hoje contam com reduzido número de membros, sendo que a mão de obra jovem não participa efetivamente da produção. São os mais velhos que garantem boa parte da produção local enfrentando as intempéries climáticas, as pragas agrícolas e a falta de *camaradas* com o eventual uso de agroquímicos. Se em tempos passados apenas o essencial era adquirido em mercados hoje produtos básicos precisam provir de fora da comunidade, uma situação cada vez mais freqüente no meio rural brasileiro.

Nas práticas tradicionais de produção em João Surá estão contidos “fundamentos básicos da *agroecologia*”, como analisou Fidellis (2006, p.45), e as dificuldades históricas para a garantia da alimentação foram atribuídas à presença de pestes, que atingiram o mamão, o feijão, as aves e os porcos, e aos desastres naturais, como chuvas, secas e a neve. Por outro lado, a degradação ambiental, o incentivo ao uso de agrotóxicos nas plantações, a diminuição do território e de mão de obra disponível, são descritas como dificuldades mais contemporâneas atreladas à instalação de empresas e grandes propriedades rurais na região que, por sua vez, praticam a monocultura e pecuária sem maiores preocupações ambientais e sociais.

Entretanto, historicamente as comunidades tradicionais, como João Surá, protegem o meio ambiente pelo conhecimento acumulado sobre o mundo natural e pelos engenhosos sistemas patrimoniais de manejo desses recursos, e são, por isso, exemplos de desenvolvimento sustentado como afirma Diegues (2001, p. 99 -102). O autor ressalta que o modo de vida dessas populações tem garantido a proteção ecológica de ecossistemas florestais ou aquáticos, considerados fundamentais para a conservação da



biodiversidade, de modo que a diversidade biológica não poderá subsistir sem a diversidade cultural. Paradoxalmente, “a conservação de uma sócio diversidade ou diversidade cultural” depende da conservação do meio natural, é por isso que em João Surá concebem que o território preservado é fundamental para se ter uma vida de qualidade.

Sobre as mudanças no meio rural, Brandão (1981, p. 152, 153) observou uma situação deteriorada de relações que comprometem trocas entre a natureza, a sociedade, o homem e a comida do lugar. Ao verificar que os agricultores de Mossamedes se referiam a dois tempos opostos, o “tempo dos antigos” e os “dias de hoje”, situação análoga a João Surá, o lugar da comida do lavrador sempre foi aquele que provinha da fazenda, mundo de rusticidade solidária e farta, com comida de qualidade, possível graças a sistemas equilibrados de trocas com a natureza e de acesso adequado, graças a sistemas equilibrados de trocas sociais. Em oposição à comida do “tempo dos antigos”, o que o lavrador come na atualidade foi considerado como “o resultado da piora de relações em todas as esferas reconhecidas da produção de alimentos, em que o desequilíbrio atual das relações entre as pessoas e entre elas e a natureza se refletem diretamente na qualidade das refeições.

A análise do contexto de garantia da alimentação em João Surá possibilitou olhar para as especificidades locais de organização do território e das relações de trabalho, bem como as percepções dos quilombolas acerca das mudanças sociais e ambientais. Aponta-se, portanto, para a necessidade de se aprofundar em discussões e viabilizar ações no âmbito da segurança alimentar e nutricional no meio rural, especificamente em comunidades tradicionais, que necessitam do território preservado tanto para a subsistência quanto para a reprodução dos saberes ancestrais.

REFERÊNCIAS

Almeida, Alfredo Wagner. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODÓI, Emília P. ET ali (org). **Diversidade do campesinato**: Expressões e Categorias. V. 2, São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009.

Arruti, José Maurício. **Mocambo**: antropologia e história do processo de formação quilombola. Bauru: Edusc, 2006.

Arruti, José Maurício. Uso Comum, regularização fundiária e mercado de terras. Estudo de caso na comunidade Cangume (Vale do Ribeira- SP). **Premio Territórios Quilombolas**. 2. Ed. Brasília: MDA. 2007.



Bourdieu, Pierre [1979] 2007. O hábitus e o espaço dos estilos de vida. A Distinção. Crítica social do julgamento. São Paulo, Edusp. p. 168-191.

Brandão, Carlos R. **Plantar, colher comer**. Um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

Caldas, Andressa;Garcia, Luciana. **Direito à terra das comunidades remanescentes de quilombo**: um longo e tortuoso caminho da titulação. Justiça Global, 13 de agosto de 2007. Disponível em: < <http://global.org.br/programas/direito-a-terra-das-comunidades-remanescentes-de-quilombos-o-longo-e-tortuoso-caminho-da-titulacao/>>. Acesso em: 20/07/2010.

Diegues, Antônio Carlos. Repensando e Recriando as Formas de Apropriação comum dos Espaços e Recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André. **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. Núcleo de Apoio à pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas úmidas Brasileiras. São Paulo: USP, 2001.

Fernandes, Ricardo Cid. (Org.). Et al. **Relatório Antropológico**: Comunidade Quilombola João Surá – Adrianópolis/PR, 2007. Documento resultante do Convênio UFPR/INCRA com base no projeto Direito à Terra e Comunidades Quilombolas no Paraná: elaboração de estudos históricos e antropológicos. Curitiba. Relatório técnico, 2007.

Fidellis, Lourival de Moraes. **Agricultura Quilombola e suas interfaces com a Agroecologia**: história e tradições ligadas à agricultura tradicional do quilombo João Surá, 2006. Monografia (especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

Fukui, Lia F. G. A “Riqueza do Pobre”. Relações entre pais e filhos entre sitiantes tradicionais brasileiros. In: NEVES, Delma P. (org). **Processos de Constituição e reprodução do Campesinato no Brasil**, v. 2. São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD, 2009.

Heredia, Beatriz Maria A. **A Morada da Vida. Trabalho Familiar de Pequenos Produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Itcg. Instituto de Terras, Cartografia e Geociências. **Terra e Cidadania**: terras e territórios quilombolas, Grupo de trabalho Clovis Moura, relatório 2005-2008. Curitiba, 2008.

Moura, Margarida M. **Os Herdeiros da Terra**, São Paulo: Hucitec, 1978.

Salles, Jeferson. **Comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**: regularização fundiária, mercantilização e expropriação da terra. IV encontro da Rede de estudos Rurais. Curitiba, 2010.

Woortmann, Klass. Migração, família e campesinato. In: WELCH. Clifford A. Et all (org). **Camponeses Brasileiros. Leituras e Interpretações Clássicas**, São Paulo/Brasília: UNESP/NEAD. 2009 (1990).